

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS

**NOVA TEBAS
2014**

VÂNIA MARIA ZEFERINO

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS

Trabalho apresentado como requisito parcial para a obtenção da certificação do curso de Especialização em Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Cassius Cruz

**NOVA TEBAS
2014**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 04 |
| A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS..... | 05 |
| O POVO TEM DIREITO A UMA EDUCAÇÃO PENSADA DESDE O SEU LUGAR...08 | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 12 |
| REFERÊNCIA..... | 13 |

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS

Vânia Maria Zeferino¹
Cassius Cruz²
Universidade Federal do Paraná

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de ressaltar a importância da educação para o povo camponês. Povo sofrido que luta por igualdade social. Ele tem a finalidade de tratar sobre algumas concepções no campo e seus desafios. Os movimentos sociais têm feito com que muitas pessoas camponesas adquirissem seus direitos através das lutas. A educação do Campo deve ser por meio de metodologias adequadas com a realidade local das pessoas ali inseridas, uma educação voltada para uma aprendizagem de qualidade em que crianças e jovens sintam anseio para receber e passar informações. Além do mais construir efetivamente com as pessoas que vivem naquele local forma de planejar, propor e executar ações para que a vida possa ser vivida de forma diferente e organizada, mas para isto precisam de educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação no Campo; Sobrevivência no campo; Desafios da Educação no Campo.

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente, no Brasil, apresenta-se extremamente vulnerável. A educação, em seu sentido mais amplo, enfrenta acentuados problemas de qualidade e não alcançou patamares desejáveis de democratização. A aliança entre o capital monopolista representado pela burguesia nacional, internacional e o Estado, os trabalhadores do campo vão responder com o fortalecimento de suas organizações. Ao lado das Ligas Camponesas é criada a ULTRAB (União dos Lavadores e

¹ Graduada em Letras – Português/Inglês pela UCP – Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, em Pedagogia pela UNICENTRO – Universidade do Centro Oeste do Paraná, Atualmente atua como Pedagoga.

²

Trabalhadores Agrícolas do Brasil), o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) e, por fim a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura), em 1962. A luta no campo, nesse momento, possuía duas diretrizes: luta por melhores condições de trabalho e luta por terra. (ALMEIDA, 1996).

Brandão nos ensina que para pensar a Educação é preciso considerar o educador como educador, aquele que exerce troca de saberes, um profissional especializado em não permitir que aquilo que deve ser conhecido fique restrito a esferas de senhores do saber.

E por isso a educação. Por isso a troca de saberes que as pessoas realizam quando se encontram na educação. Pois a educação não é um poder e nem uma instituição social. Como a praça de uma cidade – Sócrates terá sido o primeiro a descobrir isto? – ela é um contexto, um lugar cultural, um cenário onde pessoas se aproximam e interagem para inter-trocar reciprocamente o que sabem. Isto é, o que são. (BRANDÃO, 2009).

Estas questões específicas, entrelaçadas com a realidade dos sujeitos que trabalham diretamente com a terra, deveriam ser substituídas por novos padrões de ser, de pensar, de cultivar, de trabalhar. Estes novos padrões por sua vez, deviam ser difundidos nas escolas. Portanto, deveriam constituir a base dos cursos de formação dos educadores do campo, transformando estes em agentes de difusão dos padrões dominantes, amparada nas novas formas de produção e na incessante necessidade de aumento da produção.

Desta forma, afirma-se que é preciso que um projeto transformador de educação do campo e de formação de educadores esteja diretamente relacionado a um projeto transformador de sociedade. Caso contrário, toda ação não passaria de reforma de questões específicas de uma realidade contraditória, corrigindo um detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo.

2. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS

Existe, e de forma pouco velada, o preconceito de que o homem do campo é atrasado. Esse é um preconceito histórico que herdamos dos tempos do Brasil Colonial e Imperial, do trabalho rural exercido pelos escravos. Educação rural é uma

educação definida pelas elites rurais, uma vez que entendemos que cada classe social procura impor a sua educação a fim de manter o status quo, para os sujeitos do campo. Em sua essência é:

Uma educação veicula uma concepção “urbano-cêntrica” de vida e desenvolvimento, a qual dissemina um entendimento generalizado de que o espaço urbano é superior ao meio rural, de que a vida na cidade oferece o acesso a todos os bens e serviços públicos, de que a cidade é o lugar do desenvolvimento, da tecnologia e do futuro, enquanto o meio rural é o lugar do atraso, da ignorância, da pobreza e da falta de condições mínimas de sobrevivência. / Uma educação que não leva em consideração os conhecimentos que os educandos trazem de suas experiências e de suas famílias. Uma educação que desvaloriza a vida do campo, diminuindo a auto-estima dos educandos e descaracterizando suas identidades. Uma educação que fortalece o ciclo vicioso que os sujeitos do campo realizam: “de estudar para sair do campo” ou “de sair do campo para estudar”, fortalecendo o processo de migração campo-cidade. Uma educação que se constitui enquanto um instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária e de uma sociedade excludentes. (HEGE, 2005)

A educação rural vai se constituir numa ação “compensatória”, pois “trata os sujeitos do campo como incapazes de tomar suas próprias decisões.” Entende que estes “são sujeitos que apresentam limitações, em função das poucas oportunidades que tiveram em sua vida e do pouco conhecimento que tem.” (HAGE, p.14.2005)

Enquanto que a Educação do Campo deve se constituir em uma ação “emancipatória”, que tem por objetivo incentivar os sujeitos do campo a pensarem e agirem por si próprios, assumindo sua condição de sujeitos da aprendizagem, do trabalho e da cultura, pois emancipar significa romper com a tutela de outrem, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, segundo seus interesses e necessidades, entendendo que as populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades, seus horizontes. (HAGE, p.15. 2005)

De acordo com a concepção de educação rural, a educação deve ser dada aos indivíduos para suprir suas carências mais elementares, deve funcionar como uma Educação supletiva, em que se transmite a cada indivíduo somente os conhecimentos básicos, pois se acredita não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual. Assim a educação passa a ser vista como um favor e não como um direito. (HAGE p. 15.2005)

Este não é um conceito que já está pronto e muito menos fechado, mas, sim, um conceito em movimento que vem sendo construído nas últimas décadas, principalmente a partir de práticas e de relações pedagógicas que estão sendo operacionalizadas neste tempo e espaço histórico: “a sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo”. (CALDART, P.15.2009). Ou seja, a Educação do Campo se realiza no conjunto dos Movimentos Sociais, nas lutas, pela terra, por condições dignas de vida, e, pela afirmação de sua identidade, que o povo do campo tem realizado.

Este conceito é definido coletivamente pelos sujeitos do campo. É uma educação que não se faz sem ou para os sujeitos do campo, mas com os sujeitos do campo, como já salientou Caldart. Nessa educação a discussão sobre o campo e seus desafios precede a discussão sobre educação, entendendo o campo como o lugar onde vivem, onde trabalham, onde produzem cultura, onde se relacionam os sujeitos do campo.

Deve ser uma educação entendida não como um fim em si mesma, mas como um instrumento de construção da hegemonia de um projeto de sociedade: incluyente, democrática e plural. (HAGE p.18.2005).

É preciso reconhecer que no campo existe uma pluralidade de sujeitos, tais como assentados, acampados, índios, quilombolas, trabalhadores assalariados, que podem e devem conviver numa relação dialógica e fraterna. Para isso é preciso que a educação seja um projeto da classe trabalhadora do campo para todas as pessoas que estão no campo.

Uma educação que contribui para a construção de outra relação entre o campo e a cidade, enfrentando a hierarquia e a desigualdade atualmente existentes. A instituição escolar como espaço de acesso ao saber formal, observamos que:

(...) no campo ela introduz na experiência educativa elementos culturais e perspectivas de vida diferentes daqueles do universo camponês, o que favorece a própria negação desse universo, seu esvaziamento cultural e simbólico, provocado pela expressão de sentimentos e valores que não fazem parte da socialização para o mundo rural. Nesse espaço em que o indivíduo reelabora a maneira de expressar sua natureza pessoal e social, esses homens e mulheres são levados a assimilar outros referenciais culturais, no bojo dos conhecimentos que adquirem. (BELTRAME, p.18.2009)

Sendo assim, a escola vai enfrentar resistência dos sujeitos do campo, uma vez que...

(...) a “mensagem” da escola não se integra num esquema de necessidades vitais ao homem que trabalha e vive no campo. A integração efetiva da escola com as necessidades vitais do sujeito só ocorre quando ele se propõe a migração para a cidade ou se envolve com relações materialmente significativas de caráter urbano (...). (BELTRAME, p.19, 2009)

Em se tratando especificamente da educação do campo, Fernandes e Molina (2004, p. 64) destacam a emergência de um novo paradigma como sendo resultado do conjunto de práticas pedagógicas desenvolvidas por diferentes movimentos sociais. Nesse sentido, de acordo com esses autores:

A ideia de Educação do Campo nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), no campus da Universidade de Brasília (UnB) promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em parceria com a própria UnB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

A partir de então, têm surgido diferentes empreendimentos da própria população rural, por meio de suas diferentes organizações e movimentos sociais, visando colocar em pauta suas demandas, bem como construir uma identidade das escolas do campo. Destacam-se, assim, os convênios entre Movimentos Sociais, Universidades, Organizações Não-Governamentais, Instituições Públicas e Igrejas, entre outros, na produção de ideias e ações que atribuem um sentido renovado à concepção de escola no/do campo.

3. O POVO TEM O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO PENSADA DESDE O SEU LUGAR

Percebe-se que nos dias atuais a educação do campo tem sido mais valorizada devido às mudanças cabíveis de acordo com as necessidades da família rural. As escolas estão usando os conhecimentos adquiridos pelos alunos para montar seus planos de aula, fazendo com que aja uma aprendizagem a partir dos conhecimentos adquiridos pelos mesmos, sendo que a modernidade e a tecnologia já chegaram até o campo fazendo com que a família da zona rural tenha uma vida melhor com qualidade de vida, com isso a forma de pensar e a socialização com as pessoas da cidade se tornou mais diligente.

A educação seria o meio mais eficaz, para Durkheim (1955), “tirar da criança a condição de tábua rasa e transformá-la em um ser social”. O processo de socialização é também fundamental para se analisar o papel da escola na sociedade. Sendo assim, a educação voltada para a educação do campo deve ser de qualidade visando à socialização do educando, tirando este paradigma que as pessoas do campo são jacus, tímidos e sem cultura.

Podemos perceber que os espaços pedagógicos de formação não ocorrem apenas em sala de aula, mas também na família na convivência social, cultural, nos serviços de produção de conhecimento, entre outros.

Nesta perspectiva de aproximação do meio escolar e do meio familiar/productivo organizasse o movimento de vai-e-vem entre a prática e a reflexão teórica, movimento este que constitui um dos fundamentos da alternância que, assume sentido de estratégia de escolarização, possibilitando aos jovens que vivem no campo, conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas da unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural (QUEIROZ, 2004, p.35).

Por meio da Escola do Campo é possível desempenhar um trabalho voltado para a realidade dos alunos. Trabalho este que envolve família e sociedade rural. Através da educação podemos formar alunos aptos para serem críticos e viver numa sociedade que nos dias atuais exige muito de cada um. A educação trabalhada de acordo com a realidade dos alunos que vivem no campo faz com que eles prossigam trabalhando no campo.

Segundo Cunha, (2009)

Tais estereótipos são criados pelo ethos da sociedade brasileira em relação ao camponês visto como sendo aquele que pertence ao mundo atrasado. A partir de um estudo fundamental de Martins (1975) o camponês é visto como o Jeca Tatu que precisa se adequar e se integrar ao sistema social do mundo urbano que hoje é o mercado. Desencadeia-se por meio da relação entre urbano-rural uma situação de dependência e fetiche construída pelas relações políticas e pelo modo de produção. É preciso romper com essa visão unilateral, dicotômica (moderno-atrasado) que gera a dominação do urbano sobre o rural e recriar uma concepção de dependência mútua, onde um não sobrevive sem o outro. (CUNHA, 2009, p.225)

Devemos pensar o mundo a partir do lugar que vivemos desta forma, construímos nossas identidades, fortalecemos e formamos nossa cultura. Nesta lógica, valorizar e preservar as culturas locais a partir da educação seria um dos

pontos para defesa desse território imaterial e garantir a manutenção do território material onde se dá a produção e reprodução da vida.

A questão da educação do campo no Brasil sempre foi um desafio a ser vencido. Os problemas que surgem da realidade sócio-econômica influenciam a concepção de educação que é oferecida aos povos do campo. Caldart (2002) apresenta a Educação do Campo como:

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (2002, p.26).

A escola para alcançar o objetivo de realizar uma educação pensada desde o lugar do povo, ela utiliza, por exemplo, o método de história de vida. Estas histórias são contadas pelos alunos a partir da realidade e o meio em que eles vivem e vivenciam.

Segundo Gaulejac:

Aponta que o objetivo do método da história de vida é ter acesso a uma realidade que ultrapassa o narrador. Isto é, por meio da história de vida contada da maneira que é própria do sujeito, tentamos compreender o universo do qual ele faz parte. (Barros e Silva, 2002)

Na escola em que trabalho, os professores fazem adaptações para trabalhar com os alunos do campo. Eles trabalham a partir da história de vida contada por eles. Os alunos que ainda não sabem ler eles começam com textos a partir da realidade vivenciada por eles como: Texto informativo sobre um tipo de fruta, por exemplo, “A Banana” e por meio deste texto os professores vão construindo a sequência didática para a alfabetização envolvendo atividades tais como: exploração do texto oral utilizando as letras do alfabeto, escrita de acordo com o texto, caça-palavras, jogos, gráficos, entre outras, além da criatividade de cada professor. Os alunos que já sabem ler contam suas histórias através da produção de textos. Através deste texto são planejadas as atividades interdisciplinares para serem desenvolvidas. Um exemplo de atividade bem interessante foi quando os alunos do campo para reescrever a história do conto de fadas “Cinderela” eles substituíram o nome cinderela por Serafina. Ela foi à festa do peão e de fusca. E assim por diante

transformaram o texto deles como se a Cinderela morasse lá. As atividades foram realizadas de acordo com aquilo que os alunos estão acostumados. Por meio destas atividades pretende-se desenvolver no aluno do campo a aprendizagem através de sua história, e assim investindo na autonomia do aluno criando nele desígnios para que possa viver em sociedade de modo crítico enquanto sujeito.

Portanto, o educador do campo deve ser aquele que contribui com o processo de desenvolvimento para uma aprendizagem de qualidade, construindo conhecimentos a partir da realidade vivida por eles. Por isso, ele deve se adequar a realidade deste povo para trabalhar a aprendizagem por meio de histórias construídas com suas lutas pela igualdade, educação, cultura e dignidade pela vida. Podemos perceber a importância da luta por uma Educação do Campo inserida na pauta dos movimentos sociais rurais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o assunto abordado conclui-se que a Educação do Campo está evoluindo cada dia mais. As políticas públicas e a luta do povo camponês muito têm influenciado para que isto aconteça. Para que a escola que temos seja a escola que queremos precisamos inventar meios de ensinar de forma lúdica, que desperte nos alunos o gosto por estudar. Fazendo com que os mesmos desenvolvam o senso crítico e apto para viverem em uma sociedade com igualdade.

A luta pela Educação do campo é um movimento histórico, pois por meio da educação se estabelece uma ponte do meio rural para o meio urbano. Por isso, a necessidade de adotar medidas cada vez mais fortes para que as lutas do povo do campo não sejam em vão.

Portanto, para trabalhar com os alunos do campo é preciso não só ter conhecimentos científicos, mas é preciso conhecer a realidade local, as famílias que lutam por sobrevivência e qualidade de vida. Elaborar projetos para trabalhar com as famílias, a identidade do homem do campo entre outros. Usar metodologias de acordo com a realidade local, buscando resgatar experiências vividas pelo povo e assim fazer da educação algo inovador.

5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo, SP: Editora Loyola, 6 edição, março de 2009.

BELTRAME, S. A. B. **Cenários da Escola do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.). *Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade*. Espírito Santo: UFES, 2009.

CALDRT, R. S. **Sobre educação do campo**. In: FOERSTE, Erineu, MARGIT-SCHUTZ-FOERSTE, Gerda, CALIARI, Rogério. (Orgs.) *Educação do Campo. Povos. Territórios. Movimentos sociais. Saberes da Terra. Sustentabilidade*. Espírito Santo: UFES, 2009.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **A Relação Família – Escola Rural do Campo: os desafios de um objeto em construção**. Temo In: AGUIAR, Marcia Angela da S (org.). *Educação e diversidade: estudos e pesquisas*. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009. V. 1, p. 213-34

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs.) *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, 2004. Coleção *Por Uma Educação do Campo*, n. 5, p. 53-89.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.

QUEIROZ, L. R. S. **Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música**. *Revista da Abem*, Porto Alegre, n. 10, p. 99-107, 2004.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo**. Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

(SILVA et alii, 2007, p. 31)